

Desenvolvimento neoliberal constrói a paz?

A alternativa quilombola

RESUMO

A compreensão sobre a capacidade do modelo de desenvolvimento neoliberal construir a paz não é um debate encerrado por um consenso e a disputa por seu significado torna-se importante na medida em que o confrontamos com os resultados negativos de sua aplicação. Partimos da hipótese de que as relações coloniais de poder fundamentam esta concepção hegemônica de desenvolvimento, exigindo um esforço para visibilizar alternativas contra coloniais produzidas pelas experiências de resistência a esta dinâmica. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo desestabilizar essas relações de poder coloniais hierárquicas reproduzidas na concepção de desenvolvimento neoliberal enquanto construtor da paz através dos saberes contra colonialistas quilombolas. Para tanto, dedicamos três seções, nas quais aprofundamos gradativamente as camadas de compreensão acerca do desenvolvimento, a construção de uma crítica desestabilizadora e as contribuições do saber quilombola. Como resultado, enxergou-se que pensar o desenvolvimento sob a perspectiva quilombola significa considerar uma agenda voltada para o benefício coletivo, uma relação horizontal com a natureza e seus frutos e que o passado precisa ser parte constitutiva do futuro. Em consequência, paz para essas comunidades se traduz na sua própria existência e prática, enquanto o desenvolvimento sob o marco neoliberal, se apresenta enquanto sua ameaça.

Palavras-chave: Paz; Desenvolvimento; Quilombos

Ó nossa senhora me ajude
Nesse momento não deixe
Quilombo ficar sem seu alimento

Ó mangue, ó mangue
Eu vejo você morrendo
Ó mangue, ó mangue
Não deixe seu povo sem alimento

Ó nossa senhora,
Nos trás paz nesse momento
Não deixe faltar comida
no prato dos inocentes
(SANTOS, 2018)

Introdução

Este poema é um apelo de paz escrito pela líder quilombola Joselita Gonçalves dos Santos. Ele foi produzido em 2018 quando Dona Joca, como Joselita é conhecida na comunidade, observa com tristeza a contaminação do manguezal com o vazamento de petróleo no quilombo Dom João, na cidade de São Francisco do Conde - Bahia. Sua preocupação vem da morte do sururu, guaiamum, e dos peixes, causada pela contaminação do petróleo, estes alimentos são a principal fonte de subsistência desta comunidade.

Neste poema, o apelo de paz contrasta-se com a sua impossibilidade frente aos danos causados pelo mineral mais disputado na modernidade - o petróleo. Contraditoriamente, o petróleo, símbolo de desenvolvimento e riqueza, que fornece combustível para a indústria mundial, aparece na comunidade Dom João como a representação de uma ameaça às suas vidas. Com isso, este poema abre espaço para pensar que o desenvolvimento, entendido enquanto industrialização, progresso tecnológico, exploração de recursos ambientais, não é necessariamente a garantia de uma melhora na condição de vida de uma determinada população, ou como percebido por Dona Joca, não é sinônimo de paz para esta comunidade.

Entretanto, desde 1992, documentos como “Uma agenda para a paz”, “Uma agenda para o desenvolvimento” e “Relatório do Desenvolvimento Humano”, disseminam como universal a ideia de que desenvolvimento e paz são categorias conectadas (UN, 1992; UN, 1994, PNUD, 1994). Por um lado, em uma “Uma agenda para a paz”, Boutros Ghali apresenta uma leitura de paz relacionada ao enfrentamento de questões como: a transformação das desigualdades de acesso a recursos, pobreza, fome e migrações forçadas (UN, 1992, p. 6-7). Por outro, “Uma agenda para o desenvolvimento” e “Relatório do Desenvolvimento Humano” pode-se observar o desenvolvimento sendo apresentado como um caminho de solução para estas questões (UN, 1994, p. 5; PNUD, 1994, p. 15).

Durante a Guerra Fria o conceito e modelo de desenvolvimento eram disputados pelas duas grandes potências rivais como uma maneira de conquistar aliados com a promessa de uma melhora das condições socioeconômicas desses países (DOS SANTOS, 2020, p. 12-13). Entretanto, a vitória norte-americana no fim do conflito abre espaço a consolidação do conceito e modelo estadunidense como o único caminho eficaz para o desenvolvimento de países pobres. A partir de então, a transformação dos obstáculos para a paz passa necessariamente pela adoção de um ambiente econômico mercantilizado com a maximização da liberdade de investidores privados, produtos e consumidores (PARIS, 2004, p. 19).

Instrumentos de construção da paz da ONU como o *peacebuilding*, ou mesmo indicadores de paz como o Positive Peace Index, passam um receituário de reformas político-econômicas e estabelecem métricas de avaliação que condicionam a paz ao desenvolvimento nos padrões citados (RICHMOND; FRANKS, 2009, p. 6-7; INSTITUTE FOR ECONOMICS & PEACE, 2022). Neste sentido, a experiência de desenvolvimento norte-americana, como ressalta Ben Ramalingam, é empacotada e exportada para os países periféricos em caixas de “soluções prontas para uso em ondas implacáveis de melhores práticas” (RAMALINGAM, 2013, p. 128). Sob um olhar crítico, tal aspecto reflete a narrativa na qual o conhecimento produzido pelos países desenvolvidos do Norte-Global seria o

responsável por “salvar o grande Sul de si mesmo” (FONTAN, 2012, p. 55), adequando-os para alcançar o mesmo padrão socioeconômico do Norte.

Este modelo de paz oferecido pelo Norte tornou-se conhecido nos campos críticos de estudo da paz como “Paz Liberal” (RICHMOND; FRANKS, 2009, p. 4). Os precursores desta crítica elucidam as relações econômicas de poder, onde as políticas de adequação político-econômicas visam a manutenção e proteção da acumulação dos capitais que residem nos países do Norte-Global (BLANCO; GUERRA, 2018, p. 17-20). Para além do aspecto econômico, outra geração crítica dos estudos da paz irá elucidar: 1. O aspecto histórico desta relação de poder, expondo suas origens coloniais; 2. O quanto a pretensão universal desta visão de paz auxilia na reprodução das relações de poder coloniais, ao passo que a agenda de paz, fundamentada na epistemologia vinda do Norte, converte-se em políticas que atendem aos problemas do próprio Norte, silenciando as particularidades, especificidades e prioridades desses territórios que demandam paz (JAIME-SALAS et al, 2020, p. 36-41)

Quando recuperamos o poema escrito por Joselita Gonçalves podemos observar os impactos da aplicação universal desse modelo de desenvolvimento que ignora as realidades e necessidades locais. Desse modo, este artigo tem como objetivo desestabilizar essas relações de poder coloniais hierárquicas reproduzidas na concepção de desenvolvimento neoliberal enquanto construtor da paz através dos saberes contra colonialistas quilombolas, silenciados pelo movimento de universalização. Nossa hipótese é a de que os saberes produzidos localmente podem fornecer alternativas que rompem com a perpetuação de uma relação de poder colonial.

Para tanto, o poema será utilizado enquanto um artefato que, quanto posto em diálogo com fontes primárias e secundárias acerca do desenvolvimento e paz, possibilita ampliação do debate. Assim, este artigo encontra-se dividido em três partes que realizam o diálogo com o artefato. Na primeira, analisamos as relações de poder articuladas na perspectiva hegemônica da universalização do desenvolvimento enquanto estratégia de paz. Posteriormente, estabelecemos a conexão entre esta estratégia e a colonialidade, através dos aportes das teorias decoloniais. Por fim, apresentamos o que pode emergir enquanto saber alternativo de paz a partir das experiências quilombolas.

O desenvolvimento do desenvolvimento como conceito

Apesar de aparecer enquanto um consenso universal, o conceito de desenvolvimento é um fonte de disputa histórica sobre diferentes interesses envolvidos em processos de mudança

econômica, social e política (PIETERSE, 2010, p. 42). Jan Pieterse defende que o pensamento sobre desenvolvimento tem sido sempre um conjunto heterogêneo de abordagens mostrando a necessidade de se pensar em teorias do desenvolvimento no plural, enquanto um modelo híbrido que congrega elementos desiguais, muitas vezes contraditórios e improvisações (ibid, p. 37). Contudo, ao buscar uma explicação do porque perspectivas específicas sobre o conceito ganham aceitação e se disseminam como agendas globais de mudanças econômicas, sociais e políticas, o autor explica que a resposta pode ser encontrada na vitória de um bloco histórico social que ocupa a posição de poder em cada tempo e espaço (ibid, p. 42).

Pieterse exemplifica este movimento de reivindicação do conceito de um bloco histórico sobre outro mostrando como a concepção de desenvolvimento baseada na economia política do monopólio no início na revolução industrial foi contestada pela lógica de desenvolvimento baseada numa economia política de capital competitivo e da industrialização, que posteriormente, é contestada pela lógica do capital financeiro (PIETERSE, 2010, p. 42). Em outras palavras, no primeiro caso, o grupo social de poder (ou bloco histórico) com interesses em mudanças que beneficiem a industrialização e um mercado competitivo, contesta a lógica do bloco histórico anterior que era beneficiado com a expansão de monopólios. É este bloco histórico o responsável pela sugestão da possibilidade de do conceito de desenvolvimento ser trabalhado enquanto uma “fórmula empacotada em que todos estes interesses cheguem a alguma forma de cristalização e convergência” (ibid, p. 42).

Outros exemplos dessa disputa no século XX e XXI são fundamentais para compreender esse modelo de desenvolvimento que atualmente se articula à construção da paz. Cowen e Shenton nos auxiliam a compreender como o período pós-segunda Guerra Mundial é marcado pela busca estadunidense de se afirmar internacionalmente como este bloco histórico (COWEN; SHELTON, 2003, p. 6). Nesse contexto, países de independência formam recentes ou aqueles que, mesmo com histórico mais longo de independência formal, ainda enfrentavam problemas com a pobreza, começam a desenvolver estratégias baseadas em experiências do modelo socialista (THARAMANGALAM, 2018, p. 170). Considerando que mudanças políticas, econômicas e sociais com aspecto socialista atendiam aos interesses de um bloco histórico soviético, oferecer uma estratégia de desenvolvimento no marco do capitalismo como resposta para o enfrentamento da pobreza passa então a ser visto como uma questão política e de segurança (ibid, 170). Por isso, Cowen e Shenton defendem que a apropriação do conceito de desenvolvimento pelos EUA consistia em uma maneira de impor a ordem social e econômica norte-americana ao mundo.

Neste primeiro momento podemos perceber com clareza como o conceito de desenvolvimento é objeto de disputa. Não por acaso, este período é marcado pelo surgimento de agências especializadas (as Comissões Econômicas Regionais) com sede em Washington para pensar uma agenda desenvolvimento para os países periféricos, como também bancos especializados na assistência ao desenvolvimento como FMI e Banco Mundial, responsáveis pela aplicação dessa agenda (ALVES, 2013, p. 354-355). Essas instituições refletem o pensamento das Teorias do Desenvolvimento Econômico da academia norte-americana que consolidam a categoria subdesenvolvimento enquanto sinônimo de pobreza e o explicam como “fracasso em adotar os padrões de eficiência característicos dos países desenvolvidos” (DOS SANTOS, 2011, p. 5).

A estratégia oferecida enquanto desenvolvimento estava centrada no fomento estatal de industrialização para a substituição de importações (PREBISCH, 2000, p. 139). Theotônio dos Santos mostra o quanto esta estratégia estava conectada aos interesses econômicos norte-americanos ao esclarecer que o incentivo ao desenvolvimento via industrialização se deu em um período em de busca estadunidense de oportunidades de investimento e de escoamento de seu maquinário industrial pertencente à revolução científica do período da Segunda Guerra Mundial - defasado tecnologicamente e vendido com exigência de royalties (DOS SANTOS, 2011, p. 12). Com resultados insatisfatórios e a crise de endividamento e hiperinflação gerada por essa estratégia de desenvolvimento na América Latina, a década de 1980 torna-se palco da estruturação de um novo discurso de desenvolvimento, agora não mais centrado no Estado (considerado pelos especialistas como o causador do problema), mas no capital financeiro internacional - a estratégia de desenvolvimento neoliberal (BRESSER-PEREIRA, 1991).

Conhecido como Consenso de Washington, as recomendações para o desenvolvimento pensadas pelo FMI, Banco Mundial e Tesouro dos Estados Unidos abarcavam segundo Bresser-Pereira a promoção da “estabilização da economia através do ajuste fiscal e da adoção de políticas econômicas ortodoxas em que o mercado desempenhe o papel fundamental” (BRESSER-PEREIRA, 1991, p. 6). Para tanto, o Estado deveria ser reduzido ao máximo e a economia aberta para o mercado internacional. A partir do que foi pontuado por Pieterse (2010, p. 42) anteriormente, podemos observar que a lógica de desenvolvimento neoliberal aponta para um bloco histórico caracterizado pelo poder do capital transnacional e financeiro em ditar as mudanças políticas, econômicas e sociais, visto que são esses capitais os beneficiários desta abertura de mercado.

Se por um lado as recomendações do Consenso de Washington concentravam-se especificamente no território latino-americano, três fatores se somam como oportunidade para sua internacionalização: 1. A vitória norte-americana na Guerra Fria abre espaço para a cristalização internacional da estratégia de desenvolvimento do bloco capitalista e sua incorporação do ideário onusiano (PARIS, 2004, p. 19); 2. Em 1990 a problemática da dívida do final da década de 1970 e início de 1980 se internacionaliza aumentando o risco de não pagamento ao FMI e Banco Mundial por parte, principalmente, de países com problemas de conflito interno (WOODWARD, 2013, 142); 3. A necessidade da ONU de dar respostas à complexidade e multidimensionalidade dos conflitos civis desencadeados na década de 1990 (BLANCO; GUERRA, 2018, 10-11). Assim, Banco Mundial e FMI, consolidando-se como principais árbitros da política de desenvolvimento a nível global (PIETERSE, 2010, p. 42), passam a atuar nos processos de construção da paz contribuindo para a universalização da ideia de que o modelo de desenvolvimento neoliberal é a solução para os obstáculos para a paz - males, como vimos, atrelados a pobreza e ao subdesenvolvimento.

Desse modo, desde a década de 1990, é impossível pensar a paz sem considerar os impactos globais da disseminação do neoliberalismo - aplicado pela ONU com auxílio do FMI e do Banco Mundial através de práticas de reconstrução de Estado, empréstimos e confecção de relatórios (WOODWARD, 2013, 145-147). Como pontuado por Pieterse (2010, p. 37), quando se trata de desenvolvimento, a teoria é marcada por elementos desiguais, contraditórios e por improvisações. O reflexo disso pode ser encontrado nos resultados produzidos pela universalização desta estratégia: 1. Aumento generalizado da concentração de renda (THARAMANGALAM, 2018, p. 171); 2. Estímulos de níveis mais altos de competição social (PARIS, 2004, p. 6); 3. Aumento dos danos ambientais devido a exploração intensiva dos recursos naturais (COHN; DUNCANSON, 2018, p. 5); 4. Aumento da insegurança alimentar fruto de uma política de desapropriação de terras e retirada da agricultura familiar (ibid, p. 8); 5. Promoção de empregos de mão de obra intensiva e sem garantias trabalhistas (ibid, p.8). Ao final, são os investidores/doadores e os próprios bancos os principais beneficiários deste ideário.

Esse cenário pode ser encontrado tanto em países afetados diretamente pelo processo de reconstrução estatal, como também por aqueles impactados pela disseminação cultural deste modelo de desenvolvimento enquanto solução universal. Podemos observar algumas dessas consequências citadas acima, no exemplo do quilombo Dom João, um misto de extrativismo predatório com impactos ambientais diretos na segurança alimentar da comunidade. Entretanto, considerando a existência de outras perspectivas para o

enfrentamento desta percepção de desenvolvimento e paz (paz liberal), nos lançamos nas próximas seções ao esforço de apresentação de críticas e alternativas a este modelo tendo a colonialidade como elemento central.

A colonialidade engendrada no desenvolvimento neoliberal

Como observamos na seção anterior, o conceito de desenvolvimento não é um consenso teórico. Porém, o bloco histórico no poder tem a capacidade de moldar a sua agenda conforme seus interesses a ponto de disseminar uma visão hegemônica a nível internacional. Também observamos que ao longo da história diferentes agendas foram se sobrepondo de acordo com a mudança desse bloco histórico de poder e a diversidade de seus interesses. A questão central levantada nesta seção é sobre o eixo comum a essas concepções de desenvolvimento que se tornaram hegemônicas a nível internacional a ponto de, atualmente, ser assumida como fonte de criação de paz.

Os aportes teóricos do pós-desenvolvimentismo, que surgem na década de 1980 como fruto da insatisfação do conceito e prática do desenvolvimento (ZIAI, 2007, p. 3), oferecem as primeiras pistas para essa compreensão. Segundo Aram Ziai, autores pós-desenvolvimentista criticam aspectos como: O desenvolvimento não recuperou economias subdesenvolvidas, mas aprofundou o fosso de desigualdade entre ricos e pobres; o desenvolvimento se expandiu eliminando a diversidade cultural através da universalização das instituições ocidentais; constituiu-se como um aparelho de produção do conhecimento e exercício de poder sobre o terceiro mundo; contribuiu para um colonialismo agressivo (ibid, p. 4-5). Contudo, tais críticas ainda não oferecem um aprofundamento sobre as razões e necessidade de sua perpetuação.

A partir de uma abordagem crítica pós-colonial, Kalyan Sanyal (2007), nos auxilia a aprofundar um pouco mais este entendimento. Primeiramente, o autor realiza uma diferenciação entre o conceito de desenvolvimento operado no período colonial e pós-colonial, mostrando que o primeiro operava sobre uma construção discursiva de missão de correção do atraso e materializada sob a forma de intervenções e autoridade política imperial do Estado colonizador (SENYAL, p. 108). Por outro lado, no período pós-colonial, o conceito de desenvolvimento assume uma forma mais complexa, “que funciona, não através da autoridade política do Estado e as instituições que o acompanham, mas através da efetividade material da formação discursiva (ibid., p. 108-109).

Na sequência, Sanyal expõe que sob o comando do mercado, esse conceito de desenvolvimento se propaga através da promoção de uma imagem de saber científico, neutro, universal e aplicado por especialistas (SENYAL, 2007, p. 109). Neste sentido, o autor utiliza a categoria foucaultiana de biopoder para mostrar como essa imagem sobre o desenvolvimento é internalizada na subjetividade social e reproduzida por ela de forma naturalizada e despolitizada, sem a necessidade da ação direta do Estado (ibid, p. 126). Contudo, essa despolitização esconde como o conceito de desenvolvimento é político, construído com a finalidade de viabilizar a reprodução da acumulação do capital - iniciada no período colonial como acumulação primitiva e continuada como acumulação mercantil (SENYAL, 2007).

Em síntese, o que podemos extrair das contribuições de Senyal é a de que o conceito de desenvolvimento se materializa em uma agenda política de transformação das estruturas sociais. Num primeiro momento, tornando a estrutura de produção colonial uma fonte de acumulação primitiva necessária para o desenvolvimento do capitalismo e, posteriormente, adaptando a estrutura colonial para os moldes de uma nova fase de acumulação capitalista, muito mais centrada no mercado do que no Estado. Tal motor da operacionalização do desenvolvimento, responde a duas questões fundamentais levantadas pela crítica do pós-desenvolvimentismo apresentada anteriormente: 1. O desenvolvimento não se converte em uma transformação nas condições de vida da periferia, porque seu intuito não é esse, senão a adequação de sua estrutura para viabilizar a acumulação de capital - o que torna plausível ter como resultado o aumento da concentração de renda; 2. A eliminação cultural de outras concepções sócio-econômicas e universalização deste modelo é justamente como opera o biopoder. Além disso, abre espaço para compreendermos a relação entre desenvolvimento e a categoria colonialidade.

A colonialidade é tratada como categoria central por esta categoria expressar que essas relações de poder que perpassam todo o histórico de formação e acumulação capitalista tem como ponto de partida o colonialismo (QUIJANO, 2014). Colonialidade é então definida por Aníbal Quijano como a perpetuação do padrão de poder inaugurado com o colonialismo cujo o eixo fundamental é a classificação social hierárquica da população mundial desde o olhar europeu (QUIJANO, 2000, p. 117). Mais que isso, quando Quijano fala sobre relação de poder, ele se refere a:

(...) um espaço e uma malha de relações sociais de exploração / dominação / conflito articuladas, basicamente, em função e em torno da disputa pelo controle dos seguintes âmbtos de existência social: 1) o trabalho e seus produtos; 2) em dependência do anterior, a “natureza” e seus recursos de produção; 3) o sexo, seus produtos e a reprodução da espécie; 4) a subjetividade e seus produtos materiais e intersubjetivos, incluindo o conhecimento; 5) a autoridade e seus instrumentos, de

coerção em particular, para assegurar a reprodução deste padrão de relações sociais e regular suas mudanças. (QUIJANO, 2014, p. 281)

Com isso, podemos inferir que o colonialismo é o marco de formação de um padrão de poder, no qual o colonizador exerce o controle dos mais diversos âmbitos da existência social do colonizado e que, mesmo com as independências formais, ainda se beneficia desta estrutura. Ou seja, a acumulação primitiva do capital e seu padrão de desenvolvimento se deu através de um forte controle material e subjetivo, e sua reprodução enquanto acumulação mercantil e desenvolvimento neoliberal dependem da continuidade desta relação de poder. Por isso, é impossível problematizar o desenvolvimento em todas as suas facetas, desde um olhar contestador periférico, sem elucidar as estruturas de controle assentadas nessa periferia outrora colonizada.

Entretanto, é fundamental entender as novas identidades geradas por essa classificação social hierárquica da população mundial eurocentrada. Isso porque, é justamente ela a responsável por fundamentar e legitimar o caráter impositivo da acumulação de capitais, do conceito de desenvolvimento desde o Norte Global sob o Sul e a possibilidade de sua universalização. Quijano insere a introdução da ideia de raça como o eixo principal destas relações de poder hierárquico-binárias, nas quais a raça das populações dos países coloniais ocupa a posição mais elevada (ibid, p. 202-204). Esta lógica de superioridade e inferioridade é a base do entendimento sobre o qual uma raça é vista como: primitiva ou civilizada, mágica/mítica ou científica, irracional ou racional, atrasada ou moderna e evidencia uma relação de poder ao passo que o civilizado, científico, racional e moderno está atrelado a imagem, experiências e modelos sociais do Norte Global, do colonizador (ibid, p. 211).

Dessa forma, as experiências e modelos desenvolvidos no Norte são construídos discursivamente como os verdadeiros, científicos, ideais e os países localizados no Sul são colocados na posição de buscar, de forma constante, performar este modelo ideal (FERNÁNDEZ, 2014, p. 427). É esta lógica também, a responsável por conferir um local de inexistência às experiências e modelos do Sul Global retratando-as como primitivas, míticas, irracionais e atrasadas (SANTOS, 2002, p. 245). Dessa forma, realizando mais um vez a ponte entre teoria e prática, podemos observar no artefato trazido no início deste artigo a modernidade, civilização e desenvolvimento sob a forma de petróleo, engolindo um território primitivo, silenciado e ignorado pelo simplismo da reprodução deste modelo idealizado.

Outro conceito fundamental é o da “monocultura do tempo linear”. Tal percepção do tempo também é marcada pelas relações coloniais de poder e deriva de uma leitura geoespacial da história a partir de um sentido e direção únicos (SANTOS, 2002, p. 247). Em

outras palavras, o tempo futuro é representado pelo conjunto de experiências dos colonizadores e o passado representa o tempo de atraso a ser superado pelo colonizado. Ou seja, todos os modos de vida situados geograficamente nos territórios colonizados estão temporalmente localizados no passado, e devido a esta leitura linear histórica, estes modos de existência precisam ser descartados para dar lugar, se corrigir, adaptar, a experiência moderna do colonizador.

Pelas razões observadas acima, este desenvolvimento neoliberal é incapaz de construir a paz na comunidade quilombola Dom João. Por que sua reprodução depende da adequação violenta desses corpos e territórios à forma de existir moderna da dinâmica de acumulação mercantil. Nesse sentido, é emergente o reconhecimento de alternativas derivadas de outra lógica, que não somente não reproduza a relação de poder colonial, mas tenha o potencial de desestabilizá-la. Assim, a próxima seção dedica-se a dar voz aos saberes e experiências do colonizado, analisando como o saber quilombola pode ser visualizado enquanto alternativa contra colonialidade.

A alternativa quilombola

Foi possível observar até o momento que o conceito de desenvolvimento não é outra coisa senão uma narrativa que revela o quanto a economia política se estabelece enquanto um projeto cultural. Neste caso, um projeto cultural hierárquico, racial e geolocalizado. Como destacam David Blaney and Naeem Inayatullah (2010, p. 16-18), a base ideológica da estrutura de uma economia política que fala sobre estágios de desenvolvimento ou progresso civilizacional, afirmam os autores:

(...) emerge de uma divisão cultural onde os outros servem de referência negativa contra uma Europa rica, civilizada e racional. Estes outros anacrônicos em termos de desenvolvimento e os não-modernos, são apropriadamente pobres, bárbaros e irracionais. O selvagem é precisamente o que o eu europeu moderno não é. (BLANEY; INAYATULLAH, 2010, p. 16)

Em outras palavras, este “outro” é o exterior constitutivo da civilização ocidental. Europeu, índios, negros, mestiços, o que antes definia apenas a precedência de ocupação de um espaço geográfico, com a colonização, passa a se constituir então como uma identidade social racializada, parte de uma relação de poder que define de onde deve partir o conhecimento que direciona a agenda político-econômica e o destino da acumulação (QUIJANO, 2000, p. 117). Tal aspecto é definido por Antonio Bispo como uma técnica de

domesticação de quebra das diversas identidades autodeterminadas e impõe a identidade do colonizador “com o intuito de coisificar, desumanizar” (SANTOS, 2015, p. 28).

Antes, nos concentramos em compreender o que são os quilombos e como eles se encaixam nesta dinâmica de poder colonial. Assim, Beatriz Nascimento, mostra que a primeira definição de quilombo surge em 1740, atribuída no período colonial e imperial no Brasil, definindo-a como: “toda a habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem achem pilões neles” (NASCIMENTO, 2018, p. 280). Contudo, como colocado por Antonio Bispo, esta é uma definição de identidade simplificadora de um ambiente muito mais complexo, que posiciona esses corpos negros apenas como fugitivos, infratores.

Isso fica mais claro quando Flávio dos Santos Gomes destaca os quilombos como um reflexo da continuidade, que atravessa o tempo, da história da escravidão e como comunidades produtoras de cultura material e imaterial (GOMES, 2015, p. 7). Beatriz Nascimento retratando os quilombos como “tentativas vitoriosas de reação ideológica, social, político-militar sem nenhum romantismo irresponsável” (NASCIMENTO, 2021, p. 130). Mais que isso, estas comunidades se constituíram como um modelo alternativo e próprio ao Estado colonial que se comunicavam entre si, possuindo uma forma própria de organização social, política e econômica (NASCIMENTO, 2018, p. 282; GOMES, 2015, p. 19). Esta compreensão acerca da complexidade de uma comunidade quilombola é importante para entender o potencial contra colonialidade dos saberes e experiências produzidas nestes territórios.

Bispo define contra colonização como: “todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra os colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados neste território” (SANTOS, 2015, p. 48). Apesar de Bispo denominar este potencial de contra colonização, por entender a continuidade deste processo para além das independências formais dos laços coloniais, adotaremos o uso do termo enquanto contra colonialidade para explicitar que este movimento ainda está em curso e não restrito ao período colonial.

Bispo continua destacando que:

Para essas comunidades contra colonizadoras [denominada pelos colonizadores de mucambos, quilombos ou retiros], a terra era (e continua sendo) de uso comum e o que nela se produzia era utilizado em benefício de todas as pessoas, de acordo com as necessidades de cada um, só sendo permitida a acumulação em prol da coletividade para abastecer os períodos de escassez. (SANTOS, 2015, p. 48)

Neste trecho o autor oferece um aspecto essencial acerca da alternativa socioeconômica quilombola - um outro modelo de acumulação, diferente do primitivo ou mercantil do capitalismo. Nesta forma de acumulação, a finalidade é distributiva, não operando sob a lógica de acumulação de riqueza. Em consequência, há uma clara oposição à lógica da propriedade privada, visto que a terra e o que é gerado nela a partir do trabalho é de uso e para o benefício coletivo.

Outras duas categorias levantadas por Bispo endossam o caráter contra colonialidade dessas comunidades, são elas: biointeração e a lógica da circularidade. Ambos os conceitos são complementares uma vez que constituem-se como o contraponto ao conceito de desenvolvimento e de linearidade do tempo. O autor caracteriza o desenvolvimento moderno a partir da necessidade constante de transformação do orgânico em sintético (SANTOS, 2015, p. 98). Ele oferece como exemplo o uso do plástico, produto derivado de uma matéria orgânica, petróleo, transformado em sintético, como garrafas pet (ibid, p. 99). O grande problema é que este produto sintético perde a capacidade de se reintegrar ao ambiente orgânico, a natureza, tornando-se assim fonte de problemas ambientais.

Por outro lado, a biointeração pressupõe um relacionamento não-hierárquico entre o indivíduo e a natureza, exigindo uma preocupação desde o processo produtivo sobre a reintegração deste produto ao seu ambiente. Esta perspectiva quilombola aponta que tudo o que é gerado através da energia orgânica da natureza precisa ser devolvido para esse ecossistema realimentando seu ciclo (SANTOS, 2015, p. 99-100). É neste sentido que a lógica da circularidade se insere como contraponto à linearidade do desenvolvimento, a partir da compreensão de que o produto do passado é constitutivo da produção do futuro.

Dessa forma, três aspectos se somam na construção dessa alternativa ao desenvolvimento moderno a partir do saber quilombola: 1. A acumulação voltada para a proteção e benefício coletivo; 2. A lógica produtiva biointerativa; 3. O pensamento circular que reposiciona o passado de atraso para parte constitutiva do futuro. Ao falar em alternativa de desenvolvimento estamos propondo a formulação de agendas que tornem-se propostas políticas concretas. Nesse sentido, o direcionamento desta agenda deixa de ser a reprodução da acumulação de capitais na qual, devido ao caráter colonial, não transforma a condição periférica, ao contrário, resulta em seu fomento.

Este desenvolvimento desde o olhar quilombola não é algo a ser criado, ele é vivido enquanto diariamente nas comunidades que resistem à imposição da dinâmica extrativista do desenvolvimento mercantil. É este intervalo entre um intento destruidor e outro sob o quilombo que Beatriz Nascimento (2021, p. 117) chama de paz quilombola, o momento da

expressão da reprodução desse modo de vida. Assim, ao clamar por paz, a Dona Joca não está solicitando uma resposta nova de especialistas em desenvolvimento e construção da paz, mas que, simplesmente, deixem o quilombo viver.

Conclusão

Este artigo teve como objetivo desestabilizar as relações de poder coloniais hierárquicas reproduzidas na concepção de desenvolvimento neoliberal enquanto construtor da paz através dos saberes contra-coloniais quilombolas. Para tanto, utilizamos o poema produzido pela líder quilombola Joselita Gonçalves como uma ferramenta de diálogo entre a estruturação teórica e seu reflexo prático no cotidiano invisibilizado por um conhecimento marcado pela colonialidade. O poema, que se traduz como um apelo de paz para a comunidade, explicita a relação contraditória entre o desenvolvimento extrativista e construção da paz, tornando necessária a reflexão sobre um modelo alternativo de desenvolvimento, que seja traduzido como paz para essas comunidades.

Assim, iniciamos realizando um diálogo sobre a construção da ideia de desenvolvimento utilizada desde a década de 1990 como promotora de paz. Nesse contexto, foi possível observar a relação direta entre o conceito e agenda de desenvolvimento com os interesses de poder do bloco histórico dominante de cada época, que disseminam sua agenda como universal para controlar e extrair os benefícios das mudanças sociais, políticas e econômicas a serem fomentadas. Para além disso, foi possível compreender que esses interesses correspondem à necessidade de acumulação de capital.

Porém, na seção seguinte, observamos também que a acumulação e a instrumentalização do conceito de desenvolvimento engendra relações de poder fundadas no período colonial e reproduzidas enquanto colonialidade depois das independências formais. Este diálogo forneceu as ferramentas necessárias para visualizar o caráter racial, hierárquico e nortecentrado da elaboração de modelos ideais e sua aplicação nos territórios periféricos. Neste processo, a construção de uma narrativa linear da história posiciona as experiências do Norte como um futuro a ser alcançado ao mesmo tempo que introjeta essa ideia na própria estrutura institucional do colonizado, viabilizando sua reprodução internacional e nacionalmente.

Com isso, entendemos que a construção de um cenário de paz para no Sul Global passa pela mudança na compreensão de desenvolvimento, exige uma perspectiva alternativa que contraste diretamente com as relações coloniais. Mais que isso, passa pela abertura de

espaço para saberes e experiências invisibilizadas cuja existência e reprodução da vida são o próprio retrato da luta contra colonial. Dessa forma, emergem conceitos como biointegração, circularidade e o de uma perspectiva de acumulação voltada para o benefício da coletividade, que ao serem vividos como resistência por estas comunidades já representam a paz, constantemente ameaçada pela chegada do desenvolvimento extrativista ocidental.

Bibliografia

ALVES, J. R. DA C. A. **Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e suas propostas de reforma**. 1. ed. [s.l.] FUNAG - Fundação Alexandre de Gusmão, 2014. v. 535

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89–117, 1 ago. 2013.

BLANCO, R.; DELGADO, A. C. T. Problematising the Ultimate Other of Modernity: the Crystallisation of Coloniality in International Politics. **Contexto Internacional**, v. 41, n. 3, p. 599–619, dez. 2019.

BLANCO, R.; GUERRA, L. A Construção da Paz no Cenário Internacional: Do Peacekeeping Tradicional às Críticas ao Peacebuilding Liberal. **Carta Internacional**, v. 13, n. 2, 5 out. 2018.

BLANEY, D. L.; INAYATULLAH, N. **Savage Economics**. Abingdon: Routledge, 2010.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A crise na América Latina: consenso de Washington ou crise fiscal? . **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 21, n. 1, p. 3–23, abr. 1991.

COHN, C.; DUNCANSON, C. IFI Post-War Economic Recovery Prescriptions, and How Feminists Offer a Better Path to Real Recovery. **Consortium on Gender, Security and Human Rights**, n. 501, set. 2018.

COWEN, M.; SHELTON, R. W. The Invention of Development. In: **Doctrines Of Development**. [s.l.] Routledge, 2003. p. 2–57.

DOS SANTOS, T. A estrutura da dependência. **Soc. Bras. Economia Política**, n. 30, p. 5–18, 2011.

DOS SANTOS, T. Da Teoria da Dependência à Teoria do Sistema Mundial. In: **Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas**. [s.l.] Insular Livros, 2020. p. 6–50.

FONTAN, V. Replanteando la epistemología de la Paz: El caso de la descolonización de paz. **PERSPECTIVAS INTERNACIONALES. CIENCIA POLÍTICA Y RELACIONES INTERNACIONALES**, v. 8, n. 1, p. 41–71, 2012.

GOMES, F. DOS S. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

INSTITUTE FOR ECONOMICS & PEACE. **Positive Peace Report 2022: Analyzing the Factors that build, Predict and Sustain Peace** Vision of Humanity. [s.l.: s.n.]. Disponível

em: <<http://visionofhumanity.org/resources>>.

JAIME-SALAS, J. R. et al. ¿PACES INSURRECTAS, PACES DECOLONIALES? DISPUTAS, POSICIONAMIENTOS Y SENTIDOS A CONTRACORRIENTE. In: JAIME-SALAS, J. R. et al. (Eds.). **PAZ DECOLONIAL, PACES INSUBORDINADAS. CONCEPTOS, TEMPORALIDADES Y EPISTEMOLOGÍAS**. Santiago de Cali: Pontificia Universidad Javeriana, Sello Editorial Javeriano, 2020. p. 21–59.

NASCIMENTO, B. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidade nos dias da destruição**. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, B. PARTE III: O quilombo como sistema alternativo. In: **Uma história feita por mãos negras : Relações raciais, quilombos e movimentos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. p. 109–138.

PARIS, R. **At war's end: building peace after civil conflict**. Cambridge, U.K.; New York, Ny: Cambridge University Press, 2004.

PIETERSE, J. N. The Development of Development Theory: Towards Critical Globalism. In: **Development Theory**. London: Sage, 2010. p. 36–54.

PREBISCH, R. Nova etapa na propagação do progresso técnico. In: **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. [s.l.] Record, 2000. p. 139–179.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2000. p. 201–246.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. In: **Cuestiones y horizontes : de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires: CLACSO, 2014. p. 285–327.

RAMALINGAM, B. **Aid on the Edge of Chaos Rethinking International Cooperation in a Complex World**. [s.l.] Oxford, Uk Oxford University Press, 2013. p. 123–130

RICHMOND, O. P.; FRANKS, J. **Liberal peace transitions : between statebuilding and peacebuilding**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2012.

SANTOS, A. B. DOS. **Colonização, quilombos: modos e significações**. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SANTOS, B. DE S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 237–280, 1 out. 2002.

SANTOS, J. G. dos. **Poema: Verso ou Samba**. São Francisco do Conde, 2018. Não publicado.

SANYAL, K. Accumulation as Development: The Arising of Capital. In: **Rethinking Capitalist Development: Primitive Accumulation, Governmentality, and Post-colonial Capitalism**. New Delhi and Abingdon: Routledge, 2007. p. 105–168.

THARAMANGALAM, J. The Poverty and Development Problematic. In: VELTMEYER ,

H.; BOWLE, P. (Eds.). **The Essential Guide to Critical Development Studies**. [s.l.] Routledge, 2018. p. 167–179.

UN, S.-G. An agenda for peace : preventive diplomacy, peacemaking and peace-keeping : report of the Secretary-General pursuant to the statement adopted by the Summit Meeting of the Security Council on 31 January 1992. **digitallibrary.un.org**, 17 jun. 1992.

UN, S.-G. An Agenda for Development: report of the Secretary-General. **digitallibrary.un.org**, 6 maio 1994.

UNDP. **Human development report.: 1994**. [s.l.] Oxford University Press for UNDP, 1994.

WOODWARD, S. L. The IFIs and post-conflict political economy. In: **Political economy of statebuilding. Power after peace**. London: Routledge, 2013. p. 140–157.

ZIAI, A. Development Discourse and Its critics. An Introduction to post-development. In: **Exploring Post-development. Theory and practice, Problems and Perspectives**. New York: Routledge, 2007. p. 3–18.